

## Vídeos didáticos: uma proposta de critérios para análise

---

Luiz Fernando Gomes

---

### Resumo

Propõe cinco categorias para análise de materiais audiovisuais educacionais, de modo a fornecer subsídios que auxiliem o professor na escolha dos vídeos a serem utilizados em suas aulas. Para tanto, são apresentados conceitos que definem o vídeo didático como um produto específico, produzido com intenção didático-pedagógica e que considera seu contexto de recepção como especialmente a escola e a sala de aula, sendo, portanto, intrinsecamente diferente dos vídeos de documentários, entrevistas, reportagens, etc. Essa diferença pode ser de ordem discursiva (Coutinho, 1997) ou técnica, além de sua intencionalidade pedagógica, como nos mostram os trabalhos de Ferrés (1996, 1998, 2001) e de Cabero (2001), entre outros. Os critérios de análise propostos envolvem a linguagem audiovisual e as características pedagógicas dos vídeos didáticos.

Palavras-chave: recursos audiovisuais; linguagem audiovisual; análise qualitativa.

---

## **Abstract**

### ***Didactical videos: a proposal of analysis criteria***

*The objective of this paper is to propose five categories for analysis of didactical videos aiming at giving teachers some references for choosing video material for their classes. The article discusses some concepts that define a didactical video as a specific product, made with didactic-pedagogical intentions and that takes into consideration the reception context, specially in classrooms, and, therefore, different from documentaries, interviews, reports, etc. Such difference might be discursive (Coutinho, 1997) or technical besides its pedagogical intentionality, as shown in the works of Ferrés (1996, 1998, 2001) and Cabero (2001), for example. The analysis criteria include audiovisual language and pedagogical features of educational videos.*

*Keywords: audiovisual resources, audiovisual language, qualitative analysis.*

---

É necessário que o professor receba, na sua formação inicial, uma adequada capacitação, não somente para a utilização técnica e sêmica dos meios, mas, também, para sua avaliação e pesquisa.

*Cabero, 2001*

## **Introdução**

As linguagens de áudio e de vídeo têm permeado boa parte das relações entre as pessoas, tanto no lazer quanto no trabalho, mas nota-se que há carência de pesquisas que indiquem critérios para a análise e a avaliação da qualidade dos produtos audiovisuais e de sua proposta pedagógica. Além de auxiliar o professor na escolha e seleção de audiovisuais educativos, os critérios aqui propostos poderão ser utilizados para nortear a produção de vídeos didáticos por professores e alunos.

A idéia deste estudo surgiu da necessidade de ensinar os alunos de uma recém-criada disciplina intitulada Didática para Multimídia, do Curso de Letras de uma universidade privada do Estado de São Paulo, a selecionar vídeos didáticos para utilizá-los em suas aulas. Ao refletir sobre as dificuldades que tive para selecionar fitas de vídeo e DVDs para utilizar em sala com meus alunos, percebi que carecia de critérios objetivos e que

minhas escolhas eram feitas quase sempre intuitivamente ou mediante critérios amplos e não muito claros. Observei, porém, que, ao buscar na biblioteca da universidade um ou mais livros para minhas aulas, podia contar com informações na contracapa, no prefácio e no índice e, também, folheando e lendo trechos do livro. Além disso, ainda contava com referências sobre o autor e sobre outras obras publicadas pela mesma editora, etc., nas páginas iniciais ou finais do livro consultado.

No caso do vídeo, além de muitos deles não trazerem informações encartadas que auxiliassem na sua escolha, tais como sinopse, índice dos temas, tipo de abordagem, público a que se destina, profundidade do tratamento dado ao tema e dados catalográficos, não era raro encontrar vídeos que não dessem referências sobre seus autores e suas produções anteriores, dificultando a avaliação tanto em relação à qualidade do produto em si quanto à de seu conteúdo. Assim, se é possível selecionar um livro, ainda na biblioteca da escola, através das informações nele contidas e de sua manipulação, quando se trata de um material audiovisual, é imprescindível levá-lo para casa e o assistir, para poder avaliá-lo. Mas levá-lo para casa só não basta, é necessário haver critérios para direcionar a avaliação crítica tanto do produto audiovisual quanto de sua proposta pedagógica.

Embora seja possível fazer bom uso, em sala de aula, de vídeos “ruins” ou não produzidos especificamente para fins didáticos,<sup>1</sup> a escolha de um vídeo mal elaborado e com defeitos pode acabar com as pretensões do professor numa aula.

Uma revisão bibliográfica sobre o tema me levou a uma farta produção sobre as linguagens da TV e do cinema e a outra um pouco menor em relação ao vídeo. Porém, no caso deste último, a maior parte trata da defesa e da promoção do uso do vídeo em sala de aula, apresenta diversas propostas para sua utilização, mas quase nada se encontra com relação aos critérios para sua avaliação pelo professor, deixando transparecer a idéia de que, independentemente da qualidade do vídeo, o que importa é a proposta de trabalho do professor, o que não me parece ser inteiramente verdade.

Pode-se, na verdade, dizer que são poucos os autores que trataram ou têm tratado da linguagem do vídeo e da especificidade do vídeo didático. As publicações também não são muito recentes: temos os dois clássicos de Ferrés (1996, 1998), ambos encontrados apenas em (algumas) bibliotecas universitárias; o essencial e sempre mencionado Jacquinet (1977), também raro; e também Cabero (2001), especialista na área e autor de várias obras, porém difíceis de encontrar no Brasil, com um texto publicado em obra organizada por Juana María Sancho, no qual traz algumas referências para análise de meios e materiais de ensino. Existem ainda alguns trabalhos disponíveis na *web*, dentre os quais se destacam os de Vânia Lúcia Quintão Carneiro e de José Manuel Moran, ambos pesquisadores da área de televisão e educação. Alguma produção tem vindo a partir das experiências de participantes em projetos institucionais, como o Rived<sup>2</sup> e a Fundação Procefet<sup>3</sup>, além de produções esparsas que relatam resultados de experiências do uso de vídeo educacional em cursos de áreas diversas. Destaca-se ainda como referência obrigatória um dos

<sup>1</sup> Carneiro, em *Televisão e educação: aproximações* – disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/tehd/tedhtxt3a.htm> –, nos diz que “na escola, em programas televisivos originariamente produzidos para ensinar, introduzir-lhes intenções pedagógicas depende do professor. Regra geral, o educador determina as funções dos programas de TV/vídeo nas atividades escolares”.

<sup>2</sup> Rived – Rede Interativa Virtual de Educação. *Site* oficial: <http://rived.mec.gov.br/>.

<sup>3</sup> Fundação Procefet. *Site* oficial: <http://www.procefet.com.br/index.asp>.

melhores materiais disponíveis sobre o vídeo didático, sua linguagem e utilização: o material preparado, com base em diversos autores, para o Curso TV na Escola,<sup>4</sup> oferecido pelo MEC.<sup>5</sup>

Devido à escassez de textos voltados para o vídeo, muitas das idéias dos autores mencionados neste trabalho referem-se a programas educacionais de televisão deslocados para o contexto do vídeo, uma vez que considero, nesses casos, que a diferença está mais na forma de transmissão e de acesso ao conteúdo do que no produto propriamente dito. Em outras palavras, um programa didático transmitido por um canal de televisão tem praticamente as mesmas características técnicas e pedagógicas de um programa distribuído em fita VHS.<sup>6</sup> Ainda por essa razão, esses poucos autores e fontes serão minhas referências neste trabalho.

### Reflexões sobre o vídeo didático

Parece não haver dúvida sobre a importância da utilização de vídeos didáticos em todos os níveis educacionais, especialmente se levarmos em conta que a televisão, presente em mais de 90% dos lares brasileiros, exerce grande influência no modo como lemos e conhecemos o mundo. Já existe até uma grande oferta de materiais audiovisuais à disposição no mercado, produzidos especialmente para fins didáticos nas mais diferentes áreas: turismo, hotelaria, informática, línguas, educação artística, ética, etc. Há produtoras especializadas em vídeos educacionais que editam coleções temáticas completas, em forma de videocurso. Essa oferta abundante, no entanto, não redunde, necessariamente, em qualidade elevada das produções. Segundo Carneiro (2002), elas têm ficado, na maioria das vezes, quase exclusivamente na mão de profissionais da comunicação; teme-se que, por razões econômicas ou mesmo filosóficas, elas estejam sendo realizadas por equipes que não contemplam a participação de educadores e pedagogos, resultando numa produção que não é cinema, nem televisão, nem vídeo educativo.

A autora nos lembra que, sendo o audiovisual um modo de expressão de síntese, por combinar as linguagens do cinema, do teatro, do rádio e da computação gráfica, seus recursos expressivos devem ser explorados sem deixar de lado a qualidade pedagógica. Nesse sentido, percebe-se que muitos vídeos chamados didáticos ainda utilizam uma linguagem mais próxima da do livro, outros se parecem com aulas, palestras ou entrevistas gravadas e que, por isso, não conseguem despertar o interesse do aluno, como explica Carneiro, talvez por considerarem o público cativo, como na televisão ou no cinema. Vemos, diz a autora, um engano tanto na concepção do produto audiovisual quanto no entendimento do comportamento de seu “público consumidor”, o aluno.

Com relação ao aluno, Carneiro comenta que o vídeo didático parece ainda ter dificuldade de distanciar-se da visão, geralmente adotada pelo cinema e pela televisão, do aluno como sujeito passivo – tal como um telespectador no sofá –, negando-lhe participação e interação, num

<sup>4</sup> Disponível em [http://www.cform.unb.br/paginas/tv\\_escola/pag\\_curso19.htm](http://www.cform.unb.br/paginas/tv_escola/pag_curso19.htm).

<sup>5</sup> Para a lista de referências do Curso TV na Escola, talvez uma das mais completas na área, consulte: [http://www.cform.unb.br/paginas/tv\\_escola/t\\_referencias1.htm](http://www.cform.unb.br/paginas/tv_escola/t_referencias1.htm).

<sup>6</sup> Tanto que Lima (2006) nos fala em recepção organizada de teleaulas, ou seja, recepções acompanhadas por monitores e tutores, e em recepção livre, na qual o aluno assiste à aula no horário que lhe convier.

processo que Ferrés (1996) chama de “pedagogia do enquanto”. Nela, o vídeo refere-se a situações tradicionais de comunicação em sala de aula, adota um discurso professoral, autoritário, verticalizado, reproduzindo, em muitos casos, a comunicação tradicional (e já fora de moda) entre professor e aluno, na qual a relação pedagógica consiste em explicar o mundo a alguém que não sabe, referenciado pelo saber constituído.

Parece, porém, que podemos superar o dilema, apontado por Jacquinet (apud Carneiro, 2002), de que “o filme pedagógico procura ou bem parecer com o filme ficcional e rejeita ser didático para não ser aborrecedor, ou bem vira as costas ao cinema ficcional e aceita ser aborrecedor por ser seguramente didático”. Há programas que superaram esse dilema, como é o caso do *Castelo Rá-Tim-Bum*, da TV Cultura, que mostra que se os recursos da linguagem audiovisual forem bem utilizados, um vídeo educacional pode (e deve) ser atrativo, despertar e prender a atenção do aluno pelo tema abordado, promover a aprendizagem e auxiliar na construção do conhecimento.

Pesquisas realizadas por White e Thomas (1996) sobre o possível poder de convencimento do discurso midiático mostram que é necessária uma produção audiovisual educacional com características técnicas e propostas pedagógicas atualizadas, pois os métodos tradicionais e os discursos autoritários tendem a fracassar. Carneiro (2002) nos lembra, então, que é preciso utilizar dramatizações, narrativas ficcionais, fantasia, humor, num ritmo ágil e dinâmico; combinar as finalidades educacionais com um discurso que se aproxime do entretenimento, sem ser banal e sem simplesmente repetir fórmulas da televisão. É fundamental incluir na equipe de produção, além dos especialistas e técnicos da área de TV e vídeo, educadores que auxiliem na elaboração de roteiros criativos e que formulem propostas diferenciadas baseadas nas visões pedagógicas mais recentes, especialmente aquelas que envolvam a interatividade (mesmo sabendo do caráter unidirecional do vídeo analógico), a aprendizagem colaborativa, a transdisciplinaridade e que permitam a formação de uma consciência analítica e crítica. Enfim, é necessário que o vídeo educativo leve em conta que a aprendizagem é processual e que ela não se dá por tópicos ou unidades isoláveis.

Um reflexo talvez desse momento em que o audiovisual educativo ainda experimenta modelos e busca consolidação identitária é a abundância de denominações e de conceitos às vezes confusos.

O vídeo é um *meio de comunicação* e um *meio de ensino*, como nos lembra Ferrés (2001), quando defende a pedagogia *dos* meios e a pedagogia *com* os meios: a primeira trata da análise crítica dos meios de comunicação audiovisuais e a segunda busca incorporar, de maneira adequada, os meios e recursos que possam potencializar a aprendizagem. Essa dupla essência nos leva a dois tipos de análises diferentes: a do vídeo como meio de comunicação, que pode ser analisado quanto à sua linguagem e sua qualidade técnica, e a do vídeo como meio de ensino, que se pode analisar do ponto de vista da exploração dos recursos de sua linguagem para fins didáticos e, ainda, do uso didático que se faz dele ou de qualquer outro produto audiovisual em sala de aula.

Há inúmeros adjuntos aportados ao termo vídeo, que tentam ligá-lo às suas características distintivas e que pressupõem, portanto, formatos de produtos diferenciados uns dos outros. Assim, temos as denominações vídeo empresarial, vídeo documentário, vídeo reportagem, vídeo entrevista, vídeo caseiro/amador/profissional, etc. Quanto ao produto para fins escolares, temos alguns termos concorrentes: vídeo educativo, vídeo didático, vídeo instrucional, vídeo educacional. Esses nomes são, muitas vezes, utilizados como sinônimos, mas deixam entrever conceitos subliminares: ser educativo e/ou educacional é diferente de ser instrucional. *Educativo*, ou *educacional*, parece mais uma questão de escolha e preferência, uma vez que ambos são adjetivos equivalentes relacionados com a amplitude do termo educação, enquanto o termo instrucional sugere treinamento e a ausência de diálogo e de interação.

O termo “didático” define sua especificidade e finalidade e parece ser o termo preferível quando nos referimos a um material feito especificamente para apoio das atividades didáticas, embora saibamos que, a rigor, qualquer vídeo pode ser utilizado para esse fim. O termo didático parece subentender que alguma ação será realizada com ele ou a partir dele. O *Curso TV na Escola* utiliza o termo “audiovisual didático” e o define como todo vídeo que intenta ensinar utilizando a dupla percepção do audiovisual: ouvir e ver. Ele traduz conteúdos em sons e imagens e utiliza elementos de expressão audiovisual: imagem fixa ou movimentada, variadas fontes, ângulos diversos, enquadramentos, efeitos eletrônicos, com a música portando informações; timbre, elocução, silêncio, citações legíveis na tela, em função do ensinamento e do tipo de aprendizagem.<sup>7</sup> Essa escolha parece pertinente, pois “vídeo”, nesse contexto, é utilizado como um diminutivo do termo “audiovisual”, o que torna ambos os termos intercambiáveis. Assim, parece acertada a utilização dos complementos *educativo/educacional/didático* para os termos *audiovisual* ou *vídeo*.

Cabe, porém, uma última observação: se pensarmos que a linguagem verbal mesmo quando mostrada (em forma de imagem) numa tela de computador ou de televisão continua sendo linguagem verbal, e que quando reproduzida como arquivo de áudio também continua sendo linguagem verbal, então o termo audiovisual poderia ser modificado para áudio-logo-visual.

Existem também os termos que se referem aos modos de utilização do vídeo: Ferrés (1996) distingue: videolição (aula expositiva), videoapoio, videoprocesso (feito pelos alunos), programa motivador, programa monoconceitual, vídeo interativo (vídeo e informática), que, por tratarem de formas de uso, não são objeto deste texto.

## Linguagem audiovisual

Uma das mais freqüentes críticas feitas ao uso da televisão na educação – e creio que podemos estendê-la para o uso do vídeo –, de

<sup>7</sup> Citação referenciada no Curso TV na Escola atribuída a Jacquinot e Leblanc (1996, p. 21-22).

acordo com o *Curso TV na Escola*, tem sido o fato de não serem exploradas as possibilidades da linguagem de TV, reduzindo-a a suporte (e veículo) de exposição professoral. De fato, neste mesmo curso, afirma-se que as produtoras nacionais de vídeo, apesar de alegarem ser “construtivistas piagetianos” (sic), produzem vídeos que não passam de meros registros. Muitas parecem acreditar, por suas produções, que o conhecimento se transmite pela oralidade – falam muito e mostram pouco, privilegiando a audição em detrimento dos outros sentidos (e linguagens).

Segundo Moran, a “linguagem audiovisual desenvolve múltiplas atitudes perceptivas: solicita constantemente a imaginação e atribui à afetividade um papel de mediadora primordial, enquanto a linguagem escrita desenvolve mais o rigor, a organização, a abstração e a análise lógica.” No *Curso TV na Escola* explica-se que a organização da narrativa audiovisual é mais intuitiva e conectiva; imagens, palavras e música vão se agrupando segundo critérios menos rígidos, mais livres e subjetivos dos produtores. Em contrapartida, a lógica da recepção também é menos racional, mais intuitiva.

No vídeo, faz-se grande uso da contigüidade, da justaposição de imagens, por algum critério de analogia, de associação por semelhança ou oposição, gerando um novo significado.

Ainda de acordo com o *Curso TV na Escola*, “na TV e no vídeo, usa-se uma linguagem concreta, plástica, de cenas curtas, com pouca informação de cada vez e pouca profundidade, com ritmo acelerado e contrastado, multiplicando os pontos de vista, os cenários, os personagens, os sons, as imagens, os ângulos, os efeitos”. Essa linguagem caleidoscópica, porém, exige uma mediação pedagógica, para que não se corra o risco de a mensagem audiovisual ser apreendida de forma dogmática e superficialmente.

Também a linguagem do vídeo é sintética, isto é, combina e soma imagens, sons e fala com, geralmente, um mínimo de texto escrito, e consegue, por essa sobreposição e interligação, apresentar idéias complexas mais enxutas que na forma textual verbal e atingir-nos por todos os sentidos e de todas as maneiras. A comunicação verbal, por ser linear e trabalhar com signos lingüísticos, presta-se melhor à análise do que à síntese, se comparada à linguagem audiovisual. Esta pode nos atingir de forma mais completa, porém, menos profundamente. Conforme Moran, “televisão e vídeo combinam comunicação sensorio-cinestésica com a audiovisual, a intuição com a lógica, a emoção com a razão. Integração que começa sensorial, pelo emocional e pelo intuitivo, para atingir posteriormente o racional”. O autor salienta ainda que

[...] o vídeo explora também e, basicamente, o ver, o visualizar, o ter diante de nós as situações, as pessoas, os cenários, as cores, as relações espaciais (próximo-distante, alto-baixo, direita-esquerda, grande-pequeno, equilíbrio-desequilíbrio). Desenvolve um ver entrecortado – com múltiplos recortes da realidade – através dos planos – e muitos ritmos visuais: imagens estáticas e dinâmicas, câmera fixa ou em movimento, uma ou várias câmeras, personagens quietos ou movendo-se, imagens ao vivo, gravadas ou criadas no computador.

Como vemos, a linguagem audiovisual possui recursos expressivos que podem ser explorados, de maneira intencional, para fins didáticos. Ela é, inclusive, como tem sido dito e percebido, a linguagem à qual as crianças e os jovens estão mais acostumados; há a perspectiva cada vez mais confirmada de que estejamos nos transformando numa sociedade baseada na imagem e no áudio em detrimento do logocentrismo, que há muito impera, especialmente no meio educacional.

### **Necessidade de avaliação dos vídeos didáticos**

Não existe um acordo entre os autores sobre quais critérios devemos seguir para avaliar um audiovisual didático. Cabero (2001, p. 264), por exemplo, faz uma extensa revisão dos critérios defendidos por diferentes autores, mas acaba, ele mesmo, sugerindo os seus. O que parece claro, observando as propostas, é que o audiovisual pode ser avaliado em suas características técnicas e didáticas intrínsecas, a partir de uma perspectiva global ou discriminando diferentes dimensões: conteúdos, imagens, ritmo, etc. De qualquer forma, a avaliação deve levar em conta critérios sobre a qualidade científica e técnica do audiovisual e a possível adequação às necessidades previstas pelo professor. Segundo Cabero (2001, p. 281), é de suma importância que o professor “reflita e decida sobre a qualidade técnica-estética e curricular dos materiais que lhe são apresentados, a sua adequação às características de seus alunos e a ideologia subjacente no mesmo”.

Apoiando-se nas idéias de Ben-Peretz (2001), Cabero nos chama a atenção para o fato de que o professor, ao avaliar um meio de ensino, não apenas o avalia para seleção, mas para adaptação do meio aos seus alunos, pois, como sabemos, os vídeos são elaborados tendo em vista o aluno médio imaginado pelos produtores. O professor precisa assistir ao vídeo e avaliá-lo, antes de utilizá-lo em classe, para que possa optar por sua utilização ou não e preparar estratégias adequadas ao seu uso.

Finalmente, falando ainda sobre a importância de se avaliar um audiovisual, Cabero, baseando-se no trabalho de Gunter et al. (2001), diz que avaliar um vídeo é como avaliar um carro, e como não existe nenhum carro perfeito, temos que analisar os elementos que são mais significativos para nossas identidades e localizar seus problemas e limitações.

Permanece uma questão, porém: o que é ou o que possui um audiovisual de boa qualidade? Percebe-se que existem características técnicas mais amplas, que independem do uso que se venha a fazer do material em sala de aula, e outras que estão relacionadas com o público previsto e com as concepções de ensino-aprendizagem que embasam a obra.

Antes de apresentar uma proposta para análise de audiovisuais, creio ser importante comentar brevemente alguns pressupostos que devem nortear, de forma geral, qualquer proposta de sistematização de avaliação.



O curso do MEC intitulado *TV na Escola* (Unidade III), ensina que um bom programa educativo “deveria respeitar o pedagógico para determinar a qualidade da informação que pode ser ofertada, objetivando desenvolver inteligências e emoções independentes”. Segundo o *Curso*,

[...] aquilo que se aprende visualmente reforça conexões temporais e espaciais, tornando-as mais duradouras, mais facilmente evocáveis, facilitando a organização esquemática. Quando a visualização é associada a situações narrativas que agregam componentes de emotividade, a retenção dos conhecimentos é maximizada. Para que essas propriedades sejam bem exploradas, afirmamos que os conteúdos, preferencialmente, não devem ser mostrados como unidades fechadas nos vídeos educativos. Estes têm de oferecer dificuldades que requeiram análise e exame posterior.

O bom programa, portanto, precisa ser interessante e desafiador, provocar reflexão e induzir à experimentação.

Ainda como qualidades inerentes a um bom vídeo educacional, o *Curso TV na Escola* nos alerta para o fato de que o vídeo

[...] deve aproximar-se do programa motivador, fundamentado na ‘pedagogia do depois’ (Ferrés, 1996), sem se preocupar com a transmissão do conhecimento em que se modela a ‘pedagogia do enquanto’. Cabe-lhe criar expectativas, surpreender, conquistar o telespectador, oferecer pontos de fuga enriquecedores, promover a discussão, a pesquisa e a extensão do trabalho para além da exibição, pois é por essas atividades que a aprendizagem se concretiza. É importante relacioná-lo dinamicamente com o impresso, com o desejo de aprender, de explorar livros, revistas e outras mídias para compreender e dominar o objeto de conhecimento. É importante também que ele convide ao lúdico, ao imaginário e à ficção.

Para que essas qualidades ideais sejam identificadas nos audiovisuais, o *Curso TV na Escola* sugere algumas questões gerais sobre as quais se deve refletir, ao analisar um vídeo educativo:<sup>8</sup>

De modo geral, os vídeos deste curso funcionam? Provocam debates? Incentivam a buscar novas informações? Conteúdo e forma despertam interesse? O conteúdo é relevante, adequado ao público? Apropriado à linguagem audiovisual? Os objetivos educativos são perceptíveis? Que funções o vídeo desempenha? Promove reflexões? Atende a expectativas? Os vídeos articulam linguagem a objetivos educacionais, cognição e emoção? Têm qualidades técnicas? Há ritmo em cada vídeo?

Os critérios acima mencionados carecem, porém, de uma sistematização que facilite para o professor – geralmente não preparado para avaliar tecnicamente a linguagem audiovisual – realizar essa avaliação.

Cabero (2001, p. 264-266), como mencionado acima, fez um levantamento das diversas propostas de avaliação de um meio de ensino e sugeriu critérios próprios, nos quais me baseio para sugerir outra proposta baseada tanto nas experiências práticas durante a condução da disciplina Didática para Multimídia quanto na literatura especializada. Propõe-se uma análise a partir de cinco categorias: *conteúdos, aspectos técnico-estéticos, proposta pedagógica, material de acompanhamento e*

<sup>8</sup> Neste caso, as questões referem-se à avaliação do material do próprio Curso TV na Escola.

*público a que se destina*. Como o autor se refere à avaliação dos meios de ensino em geral (livro texto, TV, *software*, etc.), algumas categorias foram adaptadas à presente proposta. O mesmo se pode dizer de categorias extraídas da análise de programas televisivos, como é o caso de roteiro, ritmo e montagem, por exemplo, e de idéias de análise de filmes publicitários adaptadas de Ferrés, retiradas de seu livro *Televisão e educação*. O que apresento é, pois, uma compilação crítica e pessoal feita a partir dos trabalhos de outros autores já mencionados neste trabalho.

Alguns autores apresentam suas categorias em forma de tabelas às quais o professor pode, mediante um sistema numérico ou outro, como “sim”, “não”, “às vezes”, atribuir valores que podem, ao final da análise, ser computados para se chegar a um veredicto. No caso deste trabalho, optei por elencar os itens que me parecem fundamentais para uma boa análise sem, no entanto, pretender que o professor, necessariamente, considere todos os seus itens em cada uma de suas análises, e deixei a critério de cada um atribuir o peso ou a escala que desejar às categorias, caso ache necessário fazê-lo.

### **1ª Categoria: conteúdos**

- Qualidade científica.
- Exatidão e apropriação.
- Atualização.
- Clareza.
- Contextualização.
- Pertinência.
- Suficiência da quantidade da informação.
- Conhecimentos prévios exigidos do aluno para acompanhar o material.
- Adequação da linguagem ao público-alvo.
- Adequação do conteúdo ao público-alvo.
- Referências (autores consultados).

### **2ª Categoria: aspectos técnico-estéticos**

#### A) LINGUAGENS

- Tratamento formal da imagem
  - Uso dos planos, escala, angulação, composição, movimentos de câmera, iluminação, cores, truques.
  - Uso do espaço dentro e fora do campo de visão.
  - Figuras de retórica utilizadas.
  - Valor narrativo, semântico e estético de cada elemento da imagem (cor, iluminação, espaço, proporção, volume, angulação, etc.), seu valor denotativo e conotativo.
  - Valor narrativo, semântico e estético dos elementos pertencentes ao código dos gestos.
  - O efeito simbólico ou evocativo de cada um dos recursos visuais.
  - Tamanho dos elementos gráficos: fotos, legendas, etc.
  - Qualidade técnica e estética dos elementos visuais.

- Imagens de estúdio e externas, estáticas e dinâmicas, geradas por computador, de arquivo.
- Presença de imagens estáticas, desenhos, mapas, gráficos.
- Riqueza visual advinda da variedade.
- Ambientação e decoração.
- Vestuário e adereços.
  
- Tratamento formal do texto verbal
  - Qualidades lingüísticas do texto verbal oral.
  - Qualidades lingüísticas do texto verbal escrito.
  - Figuras de retórica utilizadas.
  - Uso de linguagem envolvente (por exemplo: imperativo, segunda pessoa, etc.).
  - Diálogos.
  - Registro: científico, acadêmico, formal, coloquial, poético, legal, técnico.
  - Efeito simbólico ou evocativo dos recursos verbais utilizados.
  - Tipo de letras usado no texto verbal escrito.
  - Funções do texto oral (conceitos e idéias, emoções, sentimentos ou ambos).
  
- Música e efeitos sonoros
  - Tipo de música.
  - Função da música.
  - Expressividade, clareza, e identidade dos sons.
  - Integração do som com as imagens.
  - Presença ou ausência de efeitos sonoros e, quando presentes, a função.
  - Qualidade técnica e estética do som ambiente, das vinhetas e do/da áudio/locução.
  - Sincronia do som com os demais elementos.
  
- Interações
  - Tipo de interações entre imagem-imagem, imagem-palavra, imagem-música, imagem-efeitos sonoros, música-efeitos sonoros. Interações de reforço, de comparação e de antítese.
  - Interações semanticamente mais criativas e significativas do ponto de vista artístico, entre elementos visuais e sonoros.
  - Inclusão de elementos para destacar elementos importantes.
  - Montagem do ponto de vista narrativo, semântico e estético.
  - Ritmo e fatores que o condicionam duração das tomadas, movimentos dos personagens, movimentos das câmeras, ritmo musical. O ritmo em função do assunto.

## B) ROTEIRO

- Plano da obra.
- Argumento.

- Personagens: estereótipos, reais ou ficcionais, objetos animados, realista, tratamento dramático ou humorístico.
- Ambiente.
- Duração do vídeo adequada e suficiente; permite atividades complementares no mesmo horário de aula.

- Eixos estruturais

- Presença de índice ou sumário.
- Presença de apêndices.
- Seqüência e estruturação corretas.
- Originalidade.
- Presença de tópico de revisão.
- Tipos de interatividade previstos.

### C) ESTRUTURA NARRATIVA

- Clássica: motivação-exposição inicial, desenvolvimento, recapitulação-reforço.
- Final do programa incita à busca, polêmica ou pesquisa.
- Há predominância de discurso verbal, linear, lógico, analítico ou da dimensão intuitiva, afetiva, da imaginação e da sensibilidade.
- Gênero e estilo adequados ao tema e ao público-alvo.
- Nível de formalidade/informalidade das relações entre os personagens.
- Função do vídeo é clara: informar, motivar, ilustrar, sensibilizar, fixar conteúdos, facilitar a compreensão, aplicar conteúdos em situações variadas, reforçar conteúdos.
- Valorização da exposição, da discussão, da crítica ou da prática/aplicação.

### D) FORMATO

- Entrevista.
- Reportagem.
- Documentário.
- Situações-problema.
- Outro.

### E) PRODUÇÃO

- Ritmo da apresentação em relação ao conteúdo e ao público-alvo.
- Variedade das apresentações.
- Identidade com os alunos.
- Montagem como recurso estético para estabelecer conexões criativas ou de impacto visual entre os planos.

### 3ª Categoria: proposta pedagógica

- Aplicações práticas do conteúdo.
- Objetivos claros: informar, motivar, sensibilizar, exemplificar, etc.

- Que mudança de comportamento, de atitude ou de habilidade ele pressupõe.
- Interdisciplinaridade.
- Sugestões de atividades.
- Motivações para leituras mais amplas.
- Recapitulações e sínteses.
- Criação de situações de aprendizagem é facilitada.
- Exemplificações, esquemas e gráficos.
- Alertas quanto a erros freqüentes.
- Duração em relação ao tempo de aula disponível.
- Ideologias subjacentes aos conteúdos e personagens.
- Crenças sobre ensino-aprendizagem e sobre os papéis do professor, do aluno e do próprio material audiovisual e seu uso.

#### **4ª Categoria: material de acompanhamento**

- Presença de dados de identificação na caixa da fita ou do DVD, com as seguintes informações:
  - Título.
  - Autor ou autores.
  - Nome do estúdio de gravação.
  - Autor do roteiro.
  - Autor do conteúdo.
  - Data e local da produção.
  - Público a que se destina.
  - Duração.
- Presença de Guia do Material Didático, com sugestões de uso do material e de atividades complementares

#### **5ª Categoria: público a que se destina**

- Público é claramente definido e identificável.
- Previsão de conhecimento prévio do público-alvo é atendida.
- Proposta pedagógica adequada ao público-alvo.
- Linguagem adequada ao público-alvo.
- Formato adequado ao público-alvo.

#### **Considerações finais**

Pode-se perceber que a análise de um produto audiovisual não é tarefa das mais simples; ao contrário, além de tomar tempo, ela requer do professor uma gama de conhecimentos teóricos e práticos, que inclui noções da linguagem audiovisual,<sup>9</sup> de estética e atualização teórica em seu campo de saber, além de clareza dos propósitos pedagógicos para o uso do material. As cinco categorias propostas neste trabalho tentam sistematizar uma avaliação que, de forma muitas vezes mais intuitiva que técnica, já é feita pelos professores, num exercício de tentativa e

erro. As dimensões aqui elencadas podem servir como um roteiro, um conjunto de referências a ser seguido pelo professor, ficando a seu critério, porém, atribuir algum tipo de peso ou escala para a presença ou não de determinadas características no material sob análise. Por outro lado, deve-se ressaltar que o professor não precisa analisar item a item, mesmo porque uma lista tão extensa e detalhada como a apresentada corre o risco de desmotivar a realização da análise. Talvez o mais importante seja a relevância das categorias observadas no conjunto e não isoladamente, pois é a articulação das linguagens que caracteriza uma obra audiovisual.

Deve-se ter em mente também que, embora revestida de conceitos técnicos, a avaliação de um audiovisual didático é subjetiva e está relacionada com os conhecimentos do professor sobre as cinco categorias propostas, com o seu gosto pessoal, sua experiência no uso de audiovisuais didáticos e com os objetivos educacionais que pretende alcançar com o uso do material.

Como já foi dito, a escolha de um bom audiovisual é fundamental, para evitar que as propostas do professor para o seu uso não sejam prejudicadas pela baixa qualidade ou pela inadequação do material às atividades planejadas. Em muitos casos, corre-se o risco de que a forma chame mais a atenção do que o conteúdo e, nesse caso, sejam os alunos levados à dispersão, redundando numa possível desmotivação do professor para trabalhar com audiovisuais em suas aulas.

Por outro lado, um material audiovisual bem selecionado e uma proposta didática coerente com os objetivos da aula podem dar mais vida e interesse às atividades de classe e, quem sabe, sirva de inspiração para a produção de audiovisuais pelos próprios alunos.

---

### Referências bibliográficas

- BEM-PERETZ, M. *The teacher-curriculum encounter: freeing teachers from tyranny of texts*. Nova Iorque: Academic Press, 1990.  
In: SANCHO, J. María (Org.). *Para uma tecnologia Educacional*. 2. ed. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- CABERO, J. C. *Avaliar para melhorar: meios e materiais de ensino*.  
In: SANCHO, J. María (Org.). *Para uma tecnologia educacional*.  
Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- CARNEIRO, V. L. Q. *Função pedagógica e formato audiovisual de vídeo para professores: a proposta do curso "TV na Escola e os Desafios de Hoje"*. 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/vanialuciacarneiro16.rtf>>. Acesso em: 19 set. 2007.
- COUTINHO, M. T. *Análise do discurso pedagógico da mídia televisiva: um estudo semiolinguístico das teleaulas do 1º. Grau do Telecurso 2000 da Rede Globo de Televisão*. Belo Horizonte, 1997.

Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos – Análise do Discurso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

FERRÉS, J. Pedagogia dos meios audiovisuais e pedagogia com os meios audiovisuais. In: SANCHO J. María (Org.). *Para uma Tecnologia Educacional*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p. 127-155.

\_\_\_\_\_. *Televisão e educação*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998b.

\_\_\_\_\_. *Vídeo e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GUNTER, M. A. et al. *Instruction. A models approach*. Boston: Allyn and Bacon. 1990. In: SANCHO, J. María (Org.). *Para uma tecnologia Educacional*. 2. ed. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p. 257-284.

JACQUINOT, J. *Image et pédagogie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

JACQUINOT, G.; LEBLANC, G. (Coord.). *Les genres télévisuels dans l'enseignement*. Paris: Hachette, 1996. p. 21-22.

LIMA, A. A. de. *A produção de teleaulas no Procefet: métodos, abordagens e vivências*. 2006. Disponível em: <[http://www.rede.net.br/publicacoes/arquivos/20070314\\_151557\\_ED%20053.pdf](http://www.rede.net.br/publicacoes/arquivos/20070314_151557_ED%20053.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2007.

MANDARINO, M. C. F. Organizando o trabalho com vídeo em sala de aula. *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, v. 1, n. 1, 2002 – ISSN 1676-2924. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/monicamandarino.htm>>. Acesso em: 5 set. 2007.

MORAN, J. M. *O vídeo na sala de aula*. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/vidsal.htm#comover>>. Acesso em: 15 set. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Curso TV na Escola: Unidade I*. Elaborada a partir do original de Vani Moreira Kenski. *Tecnologias no cotidiano: desafios para o educador*. Brasília: Seed/MEC-Unirede, 2000. Não publicado.

\_\_\_\_\_. *Curso TV na Escola: Unidade II*, elaborada por Vânia Lúcia Quintão Carneiro.

WATTS, Harris. *On camera: o curso de produção de filme e vídeo da BBC*. São Paulo: Summus, 1990.

WHITE, A. R.; THOMAS, P. Transmissão Educativa e Desenvolvimento. *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, n. 5, p. 51-61, jan./abr. 1996.

---

Luiz Fernando Gomes, doutor em Lingüística Aplicada, área de Linguagens e Tecnologia, pelo IEL da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor de Lingüística e Semiótica e coordenador do Centro de Educação e Tecnologia (CET) da Universidade de Sorocaba (Uniso/EaD).

luiz.gomes@uniso.br

Recebido em 28 de dezembro de 2007.

Aprovado em 12 de setembro de 2008.